

AUTOR(ES): MICAELLY FONSECA DA COSTA, LUDMILA MARTINS DELAZERI, MICHELE CAROLINE MAURICIO DE JESUS e LUANA LEHMANN BORGES.

ORIENTADOR(A): ORLENE VELOSO DIAS

A IMPORTÂNCIA DA BIOÉTICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À VACINAÇÃO

Introdução

As vacinas são um método imunológico muito eficaz e importante para o controle, prevenção e até mesmo erradicação de doenças infectocontagiosas, estando difundido no mundo, inclusive no Brasil (MIZUTA et al., 2019). É reconhecida como uma das tecnologias com melhor custo-benefício, principalmente, quando se trata de países em desenvolvimento, possibilitando uma melhoria nas condições de saúde e de vida da população (LESSA; DÓREA, 2013; CAMPOS; DÓREA; SÁ, 2017).

No Brasil, em 1973, foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI), que conta com um calendário de vacinação que abrange desde os recém-nascidos aos idosos (MIZUTA et al., 2019). Seu objetivo primordial é proporcionar uma cobertura vacinal totalitária e igualitária aos brasileiros, a fim de reduzir a mortalidade infantil e controlar a disseminação de doenças imunopreveníveis (MIZUTA et al., 2019; LESSA; SCHRAMM, 2014; YAZAWA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2019; SOUZA; VIGO, PALMEIRA, 2012; BRASIL, 2020).

Apesar dos benefícios proporcionados, chama-se a atenção aos erros programáticos que podem vir a ocorrer, estando relacionados a falhas na produção, armazenamento ou aplicação da substância (JESUS et al., 2016). Em vista disso, os erros podem induzir ao aparecimento dos chamados eventos adversos pós-vacinação (EAPV), o qual se observa uma falta de assistência por parte do Estado (CAMPOS; DÓREA, SÁ, 2017; LESSA; SCHRAMM, 2014).

Ademais, outros fatores como a indecisão e insegurança quanto a sua confiabilidade, e mesmo necessidade da vacina e sua aceitação têm afetado o sucesso do programa de vacinação (JESUS et al., 2016; MIZUTA et al., 2019; LESSA; DÓREA, 2013). Além disso, outras questões de interesse da bioética são elencadas, como a vacinação em massa que leva à perda da autonomia e à vulnerabilidade da população (JESUS et al., 2016).

A bioética se faz importante como mediadora, buscando definir acordos pragmáticos a esses conflitos, contribuindo para uma análise crítica e moral sobre a vacinação (JESUS et al., 2016). Diante desse dilema, este trabalho tem como objetivo descrever sobre o papel da bioética na resolução de questões éticas e morais sobre a vacinação.

Materiais e Métodos

Foi realizada a revisão da literatura sistemática de artigos indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a fim de conhecer as informações disponíveis sobre o tema pesquisado, como atividade parcial de avaliação da disciplina Bioética realizada de forma integrada entre os cursos de Enfermagem (5º período) e Odontologia (2º período) da Universidade Estadual de Montes Claros. Foram utilizados os trabalhos que atendiam os seguintes critérios de inclusão: serem referentes ao tema bioética e vacinação, estarem no idioma inglês, português ou espanhol e publicados entre os anos de 2010 e 2020. Foram excluídos os trabalhos que não correlacionaram ao tema, os trabalhos que não estavam em inglês, português ou espanhol e os trabalhos publicados que não correspondiam ao período de publicação estabelecido. Considerando os critérios de inclusão e exclusão, entre os 24 resultados, oito estavam adequados ao objetivo deste estudo e foram selecionados.

Resultados e Discussão

A descoberta da vacina foi algo de extrema importância para a saúde coletiva e, sobretudo, na consolidação da história da ética na área de saúde. No entanto, apesar da sua significativa utilização na erradicação de doenças com alto potencial de transmissibilidade, as vacinas têm sido consideradas como uma das técnicas biomédicas geradoras de constantes debates científicos e éticos (LESSA; DÓREA, 2013).

Por meio da análise das referências obtidas, percebeu-se que os principais problemas bioéticos que tem sido discutido sobre a vacinação são os eventos adversos pós-vacinação, vacinação compulsória, erros na administração e, sobretudo, o interesse do Estado na obtenção de uma alta cobertura vacinal não levando em consideração a vontade individual daqueles que recusam a vacinação para si, seus filhos ou dependentes (CAMPOS; DÓREA; de SÁ, 2017).

No Brasil, a política de vacinação é compulsória e obrigatória. Diante disso, diversos estudos têm se questionado a respeito dos eventos adversos causados pela vacinação e, principalmente, sobre a compensação de danos. Dessa forma, a bioética se tornou ferramenta de notória importância a essa questão. Assim, contribuindo para uma análise imparcial e crítica referente a vacinação e judicialização sobre questões relacionadas, sobretudo, aos eventos adversos pós vacinação (CAMPOS; DÓREA; de SÁ, 2017).

O papel da bioética, especialmente a bioética principialista, no campo da vacinação tem sido colaborar na análise e discussão a fim de buscar saídas capazes de contribuir para o estabelecimento da cidadania, justiça social e direitos humanos. Nesse sentido, questões relacionadas a conflitos individuais ou coletivos que resultem a violação da autonomia e vulnerabilidade do sujeito, principalmente, na ocorrência dos eventos adversos pós vacinação são assuntos de significativa atuação bioética (JESUS et al., 2016; CAMPOS; DÓREA, SÁ, 2017; OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2020).

É importante salientar, que diante da discussão sobre os riscos e direito a escolha, a vacinação, é o método mais eficaz no controle e prevenção de doenças infecciosas. No entanto, sua aceitação não é universal, portanto, tem se percebido a queda na sua adesão. Epidemias, por exemplo, como o sarampo, são consequências da redução da cobertura vacinal. Assim, podendo estar relacionado a fatores como os movimentos anti vacinas, considerando que, a medida que aumentam o número de vacinas disponíveis, maior também é a quantidade de pessoas que demonstram preocupação referente a eficácia e necessidade da vacinação (SATO, 2018; MIZUTA et al. 2018).

Diante dos riscos envolvendo as vacinas, a não vacinação é considerado o mais importante, já que os efeitos adversos relativos ao uso dos imunobiológicos, quando ocorrem e são verificados, são em frequências muito baixas, que se tornam irrelevantes quando comparados a não vacinação (MORAES *et al*, 2018). Por isso, a bioética é primordial para promover o debate sobre a vacinação de forma ética e minimizar a falta de adesão ao serviço de imunização por meio da criação de sistemas de vigilância capazes de auxiliar o indivíduo quanto ao acesso às informações para neutralização ou diminuição do medo dos efeitos adversos.

Considerações Finais

A bioética é essencial na condução ética de disseminação da informação correta, para desmistificar e possibilitar a população uma tomada de decisão segura para o indivíduo e coletividade. Os estudos evidenciaram que são notórios os benefícios da vacinação para a prevenção de doenças altamente contagiosas. Além disso, elas são muito seguras, considerando que durante a sua produção passa por diversas fases de avaliação e testes. No entanto, os imunobiológicos podem apresentar efeitos adversos. Dessa forma, o Brasil precisa adotar uma política legal capaz de amparar indivíduos acometidos por Eventos Adversos Pós Vacinação para que, assim, seja possível a contribuição do indivíduo com a saúde coletiva de forma que se sinta protegido pelo Estado. A elaboração desse estudo de forma integrada entre os estudantes de Enfermagem e Odontologia, durante a disciplina de Bioética, proporcionou aprofundar no tema e desenvolver habilidades e competências para o trabalho colaborativo, essencial para a atuação profissional no campo da saúde.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre o programa**. Informações sobre o programa brasileiro de vacinação.
- CAMPOS, A. L.; DOREA, J. G.; SA, N. M. Judicialização de eventos adversos pós-vacinação. *Rev. Bioét.* Brasília, v. 25, n. 3, p. 482-492, Dec. 2017.
- JESUS, A. et al. Aspectos bioéticos da vacinação em massa no Brasil. *Acta bioeth.* Santiago, v. 22, n. 2, p. 263-268, nov. 2016.
- LESSA, S. C.; DOREA, J. G. Bioética e vacinação infantil em massa. *Rev. Bioét.* Brasília, v. 21, n. 2, p. 226-236, Aug. 2013.
- LESSA, S. V.; SCHRAMM, F. R. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 115-124, Jan. 2015

14^o FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA EXTENSÃO E GESTÃO

“O conhecimento (re)Visitado:
Novos desafios para a Universidade”



ISSN: 1806-549X

- MIZUTA, A. H et al. PERCEPÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS VACINAS E DA RECUSA VACINAL NUMA ESCOLA DE MEDICINA. **Rev. paul. Pediatr.** São Paulo. v. 37, n. 1, p. 34-40, Jan. 2019.
- OLIVEIRA, T. P; OLIVEIRA, L. S. M. A imunização de crianças no Brasil: panorama jurídico e reflexão bioética. **Rev. Bioética y Derecho**, Barcelona (Espanha), v. 11, n. 48, p. 227-243, 2020.
- SATO, A. P. S. Qual a importância da hesitação vacinal na queda da cobertura vacinal no Brasil? **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 96, 2018.
- SOUSA, C. J; VIGO, Zaira de Lima; PALMEIRA, Cátia Sueley. COMPREENSÃO DOS PAIS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO INFANTIL. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 44-58, dez. 2012.
- YAZAWA, L. S.; FERREIRA, W. F. S.; OLIVEIRA, E. M. POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE: UM RECORTE TEMPORAL BIOÉTICO. **Id on Line Rev.Mult. Psic**, Piedade, v. 13, n. 45, p. 95-110, 2019.